

FATORES HISTÓRICOS QUE CONTRIBUÍRAM PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA CONTEMPORÂNEA

Cristinane Simões M. Silva¹; Fernanda Aparecida da Rosa²; Juliana Carvalho Cintra³; Maria Angélica Gomes Maia⁴; Vera Lúcia Catoto Dias⁵

^{1,2,3,4,5} -Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP, Instituto Superior de Educação - ISE, Rua Tertuliano Delphin Jr. 181, Campus Aquarius, CEP 12246-080, São José dos Campos, SP.
mamaia@univap.br; vcatoto@univap.br

RESUMO: Este artigo tem por objetivo discutir e analisar os fatores históricos contribuintes no processo de evolução da educação inclusiva, no decorrer da história, e a evolução dessa inclusão no contexto da educação do sistema regular de ensino. Revisitamos autores clássicos e contemporâneos que abordam o tema, assim como os métodos educativos e os paradigmas sociais que o contemplam. É importante analisarmos os fatos que precederam o contexto atual da educação inclusiva, para melhor sistematizarmos nossas ações e reivindicações para um atendimento eficiente e, que efetivamente promova a real inserção dessa clientela, historicamente banida e excluída da escola. Pontuamos neste artigo, práticas metodológicas e didáticas desenvolvidas por alguns professores da rede municipal e particular de ensino da rede de São José dos Campos, como elemento que apontam caminhos a serem transformados e ressignificados no que diz respeito a este atendimento.

Palavras-chave: educação inclusiva, currículo, práticas educativas

Área do Conhecimento: Ciências Humanas (Educação, Currículo)

Introdução

Ao falarmos de educação inclusiva, nos vem a mente a necessidade de tal movimento e sua importância tanto para o portador de necessidades especiais, quanto para a sociedade, que se vê em constante mudança de paradigmas e conceitos. Deparamo-nos com diversas reflexões a respeito da qualidade da inclusão escolar, os pós e contras, mas dificilmente nos questionamos acerca da trajetória evolutiva que a educação inclusiva veio percorrendo ao longo de sua trajetória.

Atualmente presenciamos no cenário educacional, o crescimento da demanda de alunos portadores de necessidades especiais, freqüentadores de escolas de ensino básico, tal fato, nos despertou grandes questionamentos em relação à trajetória histórica da inclusão dessa demanda.

Em busca da maior compreensão dessa conquista educacional, fez-se necessário a inserção na literatura e em instituições como a APAE, pioneira no atendimento a esta clientela. O referencial teórico foi construído a partir de autores clássicos e contemporâneos, que abordam o tema dentre eles, destacamos STAINBACK (1996), SASSAKI (1997), MAZZOTTA (1987) MANTOAN (2000) e a Declaração de Salamanca (1994).

Segundo CHAVES (1997) as classes especiais não surgiram pôr razões humanitárias, mas sim porque essas crianças eram indesejadas na sala de aula da escola pública regular. Mesmo com o esforço da criação das salas especiais dentro do espaço físico da escola regular,

surgiram prédios separados, onde se localizavam as salas para alunos com deficiências, este fato nos mostra que a inclusão forçados dos alunos, evidenciava cada vez mais o preconceito e a discriminação.

Em meados dos anos 50 e 60, nos EUA, pais de alunos com deficiência, com o objetivo de lutarem pelos direitos de seus filhos e reivindicar legalmente por meio de ações movidas contra o Estado, por melhores situações escolares para seus filhos, fundaram organizações como a National Association for Retarded Citizens. A partir desse momento histórico de luta pelos direitos dos deficientes, um grupo de defensores da educação especial, deu início à luta pela inserção dos alunos com deficiência em salas mais normalizadas. Começa então a mudança de paradigmas que envolviam a educação especial até então seguidos.

Nos EUA, já no início da década de 80, muitos alunos portadores de deficiência já estavam integrados e freqüentando salas regulares, alguns atendidos apenas por meio período, mesmo aqueles que possuíam deficiência mais acentuadas e que não recebiam atendimento anterior à ida à escola, começaram a partir daí a receberem serviços educacionais em escolas próximas às suas residências.

No Brasil a Constituição de 1988, teve grande contribuição para o crescimento do atendimento aos portadores de deficiência, pois assegura a todos, sem restrições o direito à educação. A educação contemporânea vive um momento histórico, onde a inclusão cresce de forma acentuada dentro do contexto educacional.

Após a promulgação desta lei, as escolas tentam acolher alunos que, por algum motivo, estão afastados das classes regulares, mesmo existindo a falta de estrutura pedagógica e um ambiente favorável à sua adaptação no cotidiano escolar.

A inclusão não é somente um fator educacional, mas também cultural, é a mudança de paradigmas estabelecidos por uma sociedade preconceituosa e resistente à transformações. Infelizmente essas mudanças paradigmáticas dependem da estrutura e formação das instituições que atendem os portadores de necessidades especiais.

A resistência por parte das instituições educacionais, e também dos profissionais que atuam na educação, sofreu uma considerável diminuição após a criação da atual LDBEN (1996), que determina em seu capítulo V, do artigo 58, § 2º :

“O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em sua função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.”

Entende-se então que, somente em casos em que não for possível, em função de peculiaridades, a inclusão portadores de deficiências em salas regulares, o atendimento será diferenciado em relação ao dos alunos inclusos.

Outro marco importante para a educação inclusiva, foi a Declaração de Salamanca, sobre Princípios, Políticas e Prática em Educação Especial (1994), onde reforça algumas leis já existentes, deixando clara a necessidade de adequações, adaptações a serem feitas no meio social e educacional, e os direitos dos portadores de necessidades especiais dentro das instituições escolares.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), é o documento mais recente lançado pelo Ministério da Educação, e contempla mais especificamente os demais decretos e leis anteriores a ele, e endossa a necessidade da aprendizagem conjunta dos alunos portadores de deficiências e dos demais alunos, em uma escola que ofereça qualidade e eficiência.

O sonho de uma escola para todos, torna-se realidade à medida que os envolvidos no processo conscientizam-se que os benefícios não são somente para aqueles que antes estavam reclusos e não possuíam uma vida social em comunidade, mas também são para todos que participam e convivem com os sujeitos da inclusão.

Dentro desse contexto de lutas por uma educação inclusiva, temos que mencionar a

colaboração incontestada da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), criada em 11 de dezembro de 1954, e destaca-se por ser pioneira, uma vez que até então não existiam instituições educacionais para o atendimento a esta população.

A partir de sua fundação as APAE's foram se organizando e procurando se adequar as legislações, autorizadas pelas secretarias e/ou conselhos de educação, a oferecer ensino fundamental na educação inclusiva, isto ocorreu a partir de 2001.

Em todo os municípios do Brasil escolas especiais propiciam atendimento educacional a mais de 230.000 pessoas portadoras de necessidades especiais.

Metodologia

Uma vez abordada o caminho histórico percorrido pela educação inclusiva, procuramos ampliar nosso conhecimento sobre o tema, investigando duas diferentes escolas que fazem o atendimento à crianças com necessidades especiais.

A primeira escola estudada é pertencente a Rede Municipal de Ensino, é composta por 10 salas de ensino regular, e uma sala de educação especial. As salas que possuem alunos portadores de necessidades especiais é constituída por 25 (vinte e cinco) alunos. A mesma possui 6 (seis) alunos com necessidades que freqüentam a sala regular, e 9 (nove) alunos que freqüentam a sala especial.

Os alunos têm mobiliário adequado a cada tipo de deficiência, permitindo que permaneçam na sala e que tenham acesso a todo espaço escolar. A escola oferece aos alunos que necessitam, cadeira de rodas. As cadeiras de rodas possuem “bandejas” que se encaixam, permitindo que o aluno faça as atividades sem que precise se retirar. Para os alunos que necessitam da cadeira de rodas e que freqüentam a sala regular, foram feitas mesas sobre medidas, que são encaixadas na cadeira, proporcionando que o aluno portador fique mais próximo dos colegas, para que possa brincar e fazer as mesmas atividades.

A sala possui também uma ampla diversidade de brinquedos que auxiliam no aprendizado dos alunos, dentre eles, bolas gigantes para o desenvolvimento motor, brinquedos com ruídos sonoros que estimulam a audição, outros que ascendem luzes, auxiliando a visão. É interessante pontuar que os alunos que freqüentam a sala regular participam de todas as atividades que são oferecidas aos demais alunos, inclusive na hora do lanche. No parque os alunos que dependem do uso da cadeira de rodas, necessitam do “cantinho”, um apoio que utilizam para sentar no parque de areia, permitindo que não percam o equilíbrio do corpo e caiam.

A Secretaria Municipal de Educação, oferece às escolas profissionais que trabalham diretamente com os alunos portadores de necessidades. Nesta escola, a Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI), auxilia nos cuidados referentes à locomoção dos alunos na entrada e saída (retirada do transporte), nos aspectos pedagógicos e junto com a enfermeira, cuida dos aspectos relativos a higiene (troca de fralda e alimentação).

Cada aluno recebe o auxílio de uma estagiária, que tem contato direto com o aluno, auxiliando-o em todas as suas necessidades. O professora da sala conta com a sala de recurso, permitindo que juntos possam pensar na maneira mais eficaz para se trabalhar com cada deficiência; fazendo diagnóstico e trabalhando diretamente com o aluno, ajudando-o a se desenvolver com atividades específicas, e se necessário, em período contrário. Nestas aulas são realizadas atividades que auxiliam no desenvolvimento de competências e habilidades que ainda não foram desenvolvidas.

Em contrapartida, fomos observar uma escola particular de nosso município, sendo o público alvo alunos pertencentes às camadas média e alta da sociedade. A escola tem cerca de 600 alunos e oferece sala desde a educação infantil ao nono ano do ensino fundamental.

Dentre os alunos matriculados, cerca de 2% são portadores de necessidades especiais, e estudam em salas regulares, em salas da mesma faixa etária, exceto dois deles, que possuem idade superior a da turma em que se encontram. Nota-se a intensa preocupação a respeito da não exclusão dessas crianças especiais atendidas. A escola oferece trabalhos direcionados para que haja maior inclusão possível dos alunos, tanto nas atividades escolares cotidianas, quanto em eventos, passeios e outras atividades.

Existe na escola espaços e materiais adequados, mobiliários adaptados para determinadas deficiências, cadeiras de rodas, rampas e mesas com altura para serem utilizadas por alunos cadeirantes. Nota-se que algumas na estrutura física da escola estão sendo providenciadas para melhor locomoção e acomodação dos alunos portadores de deficiência, pois ainda não atendem totalmente às suas necessidades.

Quanto à capacitação dos educadores, é realizado um encontro pedagógico semanalmente, onde ocorrem estudos, planejamentos, palestras, objetivando a sistematização do trabalho em sala de aula, bem como, a elaboração de abordagens diferenciadas para atender as dificuldades dos alunos, sendo eles portadores ou não de necessidades especiais.

A escola conta com uma professora facilitadora, pedagoga com especialização em deficiência mental e pós-graduada em ensino para

deficientes. Sua presença facilita e viabiliza o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, orientando e auxiliando os educadores.

Os atendimentos feitos pelos profissionais aos portadores de necessidades especiais é acompanhado pela escola, bem como o trabalho que a escola realiza, acompanhado por eles. Esta interação e comunicação é o ponto de partida para o sucesso da inclusão, o trabalho em conjunto escola, profissionais especializados e família permite que todos estejam interagidos e num clima de ajuda mútua possam propiciar e socializar informações que contribuam para um atendimento de qualidade aos alunos.

Resultados e discussão

Muitos no chamou atenção o bom trabalho desenvolvido pela rede municipal de ensino de São José dos Campos. A partir deste dado observado por nós ao longo do estágio, resolvemos a fim de investigarmos mais detalhadamente os referenciais e concepções que orientam o trabalho de inclusão oferecido pela rede, realizamos um estudo por meio de uma entrevista com a psicóloga e responsável pela organização da educação especial no município, onde foi de vital importância para o trabalho, uma vez que nos apropriamos do percurso histórico do atendimento à esta clientela em nosso sistema educacional.

A entrevista contou com 5 (cinco) questões e abaixo segue a análise da transcrição da mesma.

A educação especial em nosso município se iniciou entre 1997 e 1999, por meio de triagem era selecionada a clientela a ser atendida, uma vez que não haviam vagas e estrutura suficiente para receber todos os alunos.

Por meio dos atendimentos realizados nas escolas comuns, foi mudando a concepção do ensino oferecido a esta população, que até então, em sua maioria eram realizados em escolas ou classes especiais.

Aos pouco a escola foi se modificando para receber estes alunos, tendo por princípio o respeito às diferenças, por meio de políticas educacionais, buscando implementar ações, reorganizações e estratégias didáticas e metodológicas adequadas às necessidades específicas dos educandos. Foram criados serviços de apoio com classes especiais, salas de recurso e laboratório de aprendizagem.

A estrutura física dos prédios foram também se adequando ao atendimento, Investiu-se na formação continuada do educador, com cursos para formação de profissionais aptos a atenderem esses novos alunos.

Atualmente a clientela de portadores de necessidades especiais atendida pela rede

municipal, engloba deficientes físicos e deficiências múltiplas. Para a identificação das necessidades especiais de cada aluno, e para a adequação ao atendimento a estes alunos, é realizada uma avaliação do aluno no processo de ensino e aprendizagem. Esta avaliação é analisada pelo corpo docente da escola e uma equipe especializada na área.

O município oferece 39 (trinta e nove) escolas de Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos e aproximadamente 100 (cem) escolas de Educação Infantil e Creche.

Cada escola de ensino fundamental oferece aos alunos portadores de necessidades especiais um laboratório e uma psicopedagoga. Dentre as 39 escolas de Ensino Fundamental, 5 (cinco) possuem salas de recursos, por ser regionalizado, e 20 (vinte) escolas possuem classes especiais.

Os laboratórios de aprendizagem são ambientes que favorecem serviços pedagógicos, realizados por professor e psicopedagogo. Esta sala tem como objetivo complementar o atendimento educacional aos alunos com dificuldade de aprendizagem, em consequência de dificuldades identificadas no decorrer do processo de ensino e aprendizagem.

A sala de recurso é um serviço de apoio pedagógico, sendo dirigidas por professor especializado em educação especial, trabalhando com os alunos atividades que favoreçam seu melhor desenvolvimento em sala comum.

O atendimento aos alunos é realizado em horário contrário ao da sala de aula comum. Preferencialmente na própria unidade escolar do aluno. Em escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, as salas contam com recursos pedagógicos adequados às necessidades educacionais: deficiência mental, auditiva, física e transtorno global de desenvolvimento.

Algumas escolas da rede apresentam salas de recursos adaptadas a alunos com deficiência visual. Neste caso, o responsável pelo aluno deve levá-lo até o local, caso a escola onde o aluno estude não apresente este recurso.

A prefeitura disponibiliza aos alunos cadeirantes, transporte e adaptação de acesso, para poderem estar participando da sala de recursos, da sala comum ou das classes especiais.

A sala de aula comum é regida por uma professora, uma estagiária que auxilia na inclusão, e quando necessário com a presença de uma auxiliar de enfermagem diariamente.

A equipe responsável pela educação especial em São José dos Campos, procura estar sempre que possível, assessorando a equipe de professores das salas de recursos, laboratórios, salas comuns e classes especiais,

garantindo assim, a proximidade entre todos os participantes do processo educativo destes alunos.

Geralmente os professores das salas de recursos, vão até a Municipal de Educação para obterem formação ou capacitação, depois assumem o papel de multiplicadoras em horário de trabalho pedagógico (HT'C). Temos um longo caminho pela frente, porém, acreditamos estar no caminho certo, somando forças e acreditando que a inclusão é muito mais que termos estes alunos em sala de aula, e sim efetivamente recebendo um atendimento digno, de qualidade e incluindo-os em todos os segmentos da sociedade, logo a escola não poderia estar de fora, dada sua importância social e cultural na vida das pessoas.

Conclusão

A partir do desenvolvimento deste trabalho, retratamos a trajetória histórica da inclusão, seus aspectos marcantes, que muito contribuíram para o processo de uma sociedade escolar inclusiva, proporcionando gradativamente, ao longo dos anos uma sociedade mais consciente e acolhedora, conseqüentemente, uma escola aberta para todos.

Consideramos de imensa relevância o conhecimento dos fatores históricos que estão inseridos no processo da inclusão escolar, pois a consciência e o embasamento teórico, constituem-se num fator fundamental, para que possamos rever nossos conceitos e práxis e, conseqüentemente cobramos do sistema educacional políticas públicas que contemplem esta população.

A observação das duas realidades educacionais, somada a entrevista estampam as ações realizadas em nosso município.

REFERÊNCIAS:

- ANTUNES, C. **Relações interpessoais e auto-estima: A sala de aula como um espaço do crescimento integral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

- BRASIL. **Leis, Decretos etc. A nova LDB: Lei de Diretrizes e Bases d Educação Nacional**. Belo Horizonte: APUBH, 1994.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Subsídios para a organização e funcionamento de serviços de educação especial: área de deficiência mental** / Brasília: MEC/SEESP, 1995. SEESP, 1995.

_____. **Política Educacional de Educação Especial**. Brasília, Secretaria de Educação Especial, 1994.

MACHADO, Nilson José. **Epistemologia e Didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente.** São Paulo: Cortez, 1995. *Lógicas.* Porto Alegre; Artmed, 1999.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação escolar: comum ou especial? São Paulo.** Editora Pioneira Novos Umbrais, 1982.

_____. **Atitude da escola frente a integração do portador de deficiência.** *Insight-Psicoterapia.* 4 (43): 25-7, 1994.